

# 9 anos, ainda um prazo pequeno

por Patricia Saboia  
de São Paulo

Nove anos para pagar a dívida externa deste e do próximo ano ainda é muito pouco. Os pretendidos cinco anos de carência é que representam um certo alívio — mas um alívio que depende, em grande parte, da recuperação da economia internacional. Só uma coisa é líquida e certa: os credores terão de reduzir juros e "spreads" cobrados ao Brasil, até mesmo por uma questão de sobrevivência — para não colocar em risco o recebimento do principal de seus empréstimos.

Esta é a posição unânime de banqueiros e empresários ouvidos ontem por este jornal, e reflete um consenso nos debates travados entre brasileiros e americanos reunidos pelo Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos. A advertência feita alto e bom som pelo ministro Camilo Pêna, do Comércio, seria repetida várias vezes ao longo do dia, inclusive pelo vice-presidente da Federação dos Bancos, Pedro Conde: "Se não nos derem condições de pagar, como é que vamos pagar?" Conde defende há tempos a idéia da ampla renegociação, a prazos de vinte anos, "porque não há outra saída".

Evasivo quanto ao prazo ideal, seu colega e presidente da Federação dos Bancos, Roberto Bornhausen, tem no entanto a mesma postura: "O Brasil precisa de tempo". Mais que isto, ele advoga um "equilíbrio nos ônus do ajuste", de forma que os esforços de ajustamento do Brasil tenham uma contrapartida fiscal por parte dos credores, "sob pena de pôr em sério risco o ajuste do devedor".

Bornhausen fez um pronunciamento incisivo ao abordar a questão das relações financeiras bilaterais, alertando para o fato de que os credores precisam ter confiança no pagamento, para conceder mais empréstimos, o que só será possível se reduzir juros e "spreads".

Não só reduzi-los, mas "jogar esses pagamentos para a frente", é a proposta do diretor do Banco Real, Juarez Soares. Ele acha que o Brasil "começa a trilhar o caminho certo" ao tentar dilatar o prazo de pagamento do principal, mas insiste em que "nisto têm de entrar também os encargos".

Leonídio Ribeiro (Grupo Sul América), Paulo Vellinho (Springer) e Max Feffer (Susano Feffer) engrossam a corrente dos que aplaudem o prazo de carência, enquanto Oziris Silva, superintendente da Embraer, faz apenas uma advertência: "É preciso ter o cuidado, nesses cinco anos, de suprimir as causas que nos levaram a isto, no plano interno", conforme relato do repórter William Sallasar.

## SIMONSEN E O AJUSTE INTERNO

A preocupação com a arrematação da casa é acentuada pelo banqueiro Olavo Setúbal (Itaú), que vê a renegociação mais ampla "i-

## "Uma moratória parcial"

por Milton Wells  
de Porto Alegre

"Brasil pede mais prazo e carência." Esta manchete da edição de ontem deste jornal foi citada pelo deputado Ulysses Guimarães, em entrevista coletiva, na assembléia legislativa, em Porto Alegre, ao mesmo tempo em que afirmava: "Isto é uma verdadeira moratória parcial e nós (os parlamentares) não estamos sabendo de nada. O governo faz entendimentos com os credores internacionais e o Congresso fica sem saber em que termos. Quais os juros que os bancos vão cobrar? A quanto soma a nossa dívida externa? Nada disso o governo revela".

nevitável", mas lembra que o Banco Central não pode emitir títulos públicos e repassá-los a custo zero para o Banco do Brasil, o que agrava o déficit público.

Ele endossa as preocupações do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, de que o Decreto-lei nº 2.045 "só, não basta". O ajustamento interno tem de passar por três pontos: "tornar o Banco Central uma instituição independente, como o Federal Reserve; unificar os orçamentos e aprová-los no Congresso; e desindexar plenamente a economia".

Tanto ele quanto Pedro Leitão da Cunha (Montrealbank) são favoráveis a ampla renegociação para evitar o ocorrido em 1982, quando as necessidades de recursos brasileiros foram "subestimadas".

Do Rio, o editor Reginaldo Heller relata que o vice-presidente do Unibanco, Marcílio Marques Moreira, considerou um "importante avanço" a extensão do prazo de amortização. Ele reconheceu, pela aparente acolhida da proposta junto aos banqueiros estrangeiros, uma nova consciência em relação ao Brasil, ou seja, de que se deve dar uma chance realista para o pagamento da dívida. Marcílio Moreira definiu, praticamente, o pensamento de banqueiros com maior atuação na área internacional, ao considerar esta uma etapa transitória, que já reflete um progresso no rumo a uma solução viável para a crise de liquidez brasileira.

"Não é, ainda, uma solução ideal, disse ele a este jornal, pois para isto seria necessária uma negociação global da dívida externa." Segundo ele, a ampla renegociação pressupõe alguns avanços institucionais externos e uma estratégia, também, de longo prazo para a economia brasileira, mais consentânea e que refletisse um consenso mais abrangente dos vários setores da sociedade. "Isto, certamente conferiria mais eficácia e estabilidade ao processo de ajustamento interno e reequilíbrio das contas externas."

O parlamentar demonstrava-se surpreendido com os termos da matéria, observando que os "banqueiros internacionais recebem milhões de dólares pelos empréstimos-ponte, sem que o Congresso receba a mínima informação". Segundo ele, o povo brasileiro tem o direito de saber o real dimensionamento da dívida externa do Brasil. Disse que os credores estão aumentando os juros de forma unilateral, com o FMI "enxovalhando a soberania nacional".

Ulysses Guimarães reiterou que o legislativo pretende até o final deste ano arguir a inconstitucionalidade do acordo do Brasil com o FMI.



Ulysses Guimarães